

O PLURILINGUISMO E A INVENÇÃO DO MONOLINGUISMO: ESPANHA – UMA RELAÇÃO DE PODER

Lorene Fernández Dall Negro Ferrari (UEMS)

hispanico@hispanico.com.br

Ruberval Franco Maciel (UEMS)

RESUMO

Este estudo tem por finalidade analisar a história da civilização ocidental no que se refere às línguas faladas e também as pesquisas referentes às orientações plurilíngue e monolíngue no continente europeu e mais detalhadamente no território espanhol. Para tanto, me respaldo nos estudos de Henrique Monteagudo (2012), Ricardo Soca (2015) e Suresh Canagarajah (2013), entre outros autores. Relato como a Europa plurilíngue, a partir do século XVIII, torna-se uma região monolíngue através de uma imposição emanada da necessidade de poder de algumas classes. Descrevo a situação da Espanha, antes da invenção do monolingüismo, como uma região plurilíngue, da mesma forma que todo o continente onde estava inserida. Além dos fatos históricos relatados neste trabalho, que originaram a imposição da orientação monolíngue, o território espanhol viveu uma longa ditadura que reforçou a orientação que a constituía como um país de uma língua única, onde as fronteiras estavam limitadas geográfica e linguisticamente. Com o fim da ditadura em 1977, aos espanhóis é devolvido o direito de falar as outras línguas da região. Porém, a força do monolingüismo ainda resiste, mas as mudanças provocadas pela globalização, tendo em conta que em pleno século XXI não é mais possível barreiras físicas e linguísticas entre os povos.

Palavras-chave: Língua. Poder. Monolingüismo. Plurilingüismo.

1. Introdução

**“la lengua es compañera del imperio”
(Antonio de Nebrija)**

Na medida em que percorremos a história da civilização ocidental e pesquisamos sobre as línguas faladas, podemos observar que o mundo sempre foi plurilíngue e bilíngue, inclusive nesta era de globalização em que vivemos. Respaldo-me em Henrique Monteagudo (2012), quando afirma que ambos, plurilingüismo e bilingüismo não são, de maneira nenhuma, fenômenos extraordinários. Antes do evento do monolingüismo, as comunidades conviviam cada uma com sua língua ou línguas. O plurilingüismo era o fenômeno natural, onde não existia uma separação e sim uma harmonização entre os povos. Portanto, o plurilingüismo era um fenômeno normal na antiguidade.

A história do mundo sempre foi povoada por conquistas de todos

os tipos: territorial, econômica ou cultural. Nesse sentido, Anchobndo (2008) afirma que não importa o tipo de conquista, que a peça chave para essa transformação da sociedade dominada e opressora sempre foi a língua. Acrescenta a autora, que muito mais acentuada a transformação, quando os idiomas de ambos os povos são diferentes. Portanto, a língua foi usada como ferramenta básica a fim de desencadear mudanças em todos os sentidos: socioculturais, políticas e econômicas na população e assim criar um ambiente favorável aos eventuais dominadores.

A imposição do monolinguismo, isto é, a imposição de uma língua nacional, se transformou em peça chave para a opressão dos grupos dominantes sobre as sociedades minoritárias. Ricardo Soca (2015) expõe em seu estudo, a ideia de que o grupo dominante terá a ideologia de impor a noção de que sua língua é superior e que o “normal” é que os estados nacionais tenham uma só língua. Acrescenta o autor que naturalizam a ideia de que, se existem outras línguas, essas terão que ser ignoradas a fim de que desapareçam. Esse fato teve uma influência definitiva nos caminhos que o mundo seguiria e ainda hoje, convivemos com esses reflexos. Na sequência, acrescento estudos de pesquisadores que apresentam os conceitos que levaram à implantação do monolinguismo no continente europeu e as consequências de tal fato.

2. A “invenção” do monolinguismo

Entre os séculos XIV e XVI, o continente europeu passou por profundas transformações, referentes principalmente às atitudes do homem com relação à religião e ciência. Ocorria então o movimento renascentista que determinou uma série de mudanças que provocaram o reconhecimento de novos modos de pensar e executar as artes, ciências e as relações político-sociais. Souza (2016) afirma que esse fato abriu um diálogo com a burguesia, o que motivou uma nova visão do mundo e de hábitos dos que ali habitavam. Na sequência, surge o movimento intelectual Iluminismo que mudaria as estruturas sociais da Europa e do Mundo Ocidental. Medeiros (2014) esclarece que esse movimento marca o fim da transição entre o feudalismo e o capitalismo. A burguesia, segundo o autor, se transforma em uma classe muito forte e rica, mas que sofria com as intervenções do Estado e também com os limites de sua atuação política.

A ideologia do monolinguismo tomou forma vigorosa na Europa, a partir do século XVIII, iniciando na França e Alemanha, em uma região

onde o plurilinguismo imperava. Segundo Henrique Monteagudo (2012), a invenção do monolinguismo no continente europeu não pode ser disjunta do modelo de Estado-nação. O autor, na página 47, ressalta que

a aparição de estado-nação tem a ver com a mudança de uma série de conceitos chave ao redor do poder político e a sua legitimação. Essas mudanças revolucionárias, trouxeram noções como “soberania nacional”, “governo do povo” e “igualdade dos cidadãos”.

Observo que essa mudança de conceitos trouxe ideias com sentido de unificação de comunidades fechadas e soberanas e que para que essas noções fossem legitimadas, a ferramenta utilizada foi a língua.

Diante dessa visão, segue o autor afirmando que a aniquilação da diversidade linguística, a fim de homogeneizar as nações quanto à língua, tornando-as monolíngues, revelava a ideia de destruição do plurilinguismo. “Nascia assim a ideologia da monoglossia, e o modelo estado-nação monolíngue, ao tempo que se iniciava a construção discursiva da nova noção de “língua nacional” (MONTEAGUDO, 2012, p. 49). Como afirma o autor, foi inventada a língua nacional em regiões onde várias línguas eram faladas e como já citei anteriormente, essa língua foi a ferramenta de muito valor para que a implantação dos estados-nação se efetivasse. Na realidade houve a criação de uma língua única regional, com sua gramática, escrita e fala de uma maneira autônoma e unificada.

Toda a movimentação política, religiosa e social que ocorria na região, transformou-a em um território em ebulição, acessível a grandes mudanças, como por exemplo o crescimento da orientação monolíngue. Nesse sentido, respaldo-me em Suresh Canagarajah (2013), quando explica que a mesma não aconteceu facilmente e que existiam diversos pontos de origem. De uma maneira simplificada o autor considera que essa orientação é construída a partir das seguintes ideias:

Língua=Comunidade=Lugar;

1 língua= 1 identidade;

Língua como um sistema autônomo;

Língua mais pura e separada das outras;

O locus da língua como cognitivo, em vez de contexto social, ou em vez de matéria;

Comunicação baseada na gramática em vez de prática, e forma isolada a partir de sua inserção ecológica. (CANAGARAJAH, 2013, p. 28)

O excerto acima menciona exatamente nossa concepção de comu-

nicação atualmente. Ela deve ser eficiente e para isso requer uma língua comum e o compartilhamento de gramática normativa. Neste parágrafo incluo a observação de Henrique Monteagudo (2012) quando explica que de uma forma artificial, os estados mantem o fenômeno do monolinguismo. Isto é, reconhecem somente a língua oficial e excluem as outras. Portanto, ressalto que assim se solidifica o entendimento de artificial ao monolinguismo e da utilização da língua como ferramenta de imposição do poder com o intuito de homogeneizar as populações. O autor conclui que em nenhuma hipótese o monolinguismo pode ser caracterizado como “normal”.

Sobre o estabelecimento histórico dos estados nacionais na Europa e a criação de uma língua normativa, a partir do século XVIII, Cláudia Hilsdorf Rocha e Ruberval Franco Maciel (2015) explicam que impõe a noção de língua como objeto estático, completo, normatizado e atrelado à ideia de território (linguístico), fazendo emergir a noção de identidade nacional. Observo que os autores, além de definir o conceito de normatização dessa orientação, acrescentam a ideia de territorialização. A divisão dos espaços territoriais, agora em comunidades nas quais a língua servia como unificação de seus habitantes.

Ainda sobre a implantação do monolinguismo, cito Suresh Canagarajah (2013, p. 28) quando infere que “ambos, língua e comunidade estavam enraizados em um lugar, o qual ajudou a territorializá-los em uma específica localidade”. Dessa forma, a língua estava associada à comunidade e uma representava a outra. Como explica o autor, a comunidade não era capaz de expressar os pensamentos da vida e seus valores em outra língua. Acrescento que um era propriedade do outro e dessa maneira indivíduos de outras comunidades seriam sempre forasteiros e jamais poderiam fazer parte de outra comunidade que não a sua. O indivíduo de uma comunidade não poderia expressar seus valores, sua cultura em outra língua.

A forma como o estado nacional moldou a uniformização linguística-cultural e a difusão das ideologias, segundo Henrique Monteagudo (2012), pode ser relatada basicamente de duas maneiras: a primeira se refere ao fato do estado utilizar administrativamente a língua, isto é, os aparelhos do estado e a burocracia utilizavam somente a língua oficial. A segunda maneira, de uma forma muito especial, foi a utilização do aparelho educativo que estava sob o controle estatal, onde o ensino ocorria somente na língua oficial. Observo que assim, através da língua, foi moldado o cidadão monolíngue que deveria manter uma lealdade àquela co-

munidade da qual fazia parte. Como explica Henrique Monteagudo (2012), constitui-se um novo sujeito que é o cidadão monolíngue, instruído e constituído nas competências linguístico-comunicativas.

Portanto, conclui o autor, que o surgimento dos estados-nação monolíngues proporcionou a uniformização linguística da população e provocou uma estandardização através de profundas modificações da língua nacional. Acrescenta, que a consciência linguística das comunidades foi profundamente transformada ocorrendo assim a criação e difusão de ideologias, a uniformização linguística junto com a hegemonia da língua nacional, o que provocou uma padronização da mesma. Conclui que, como consequência da invenção do monolingüismo, como se refere Henrique Monteagudo (2012), o mundo foi caracterizado por blocos geopolíticos estáticos, limitados por fronteiras físicas e culturais, mantidos artificialmente pelos estados. Porém, a característica desse mundo globalizado que vivemos hoje, já não mais mantém essas fronteiras tão fechadas e sim, a perspectiva é de que vivamos em um mundo sem fronteiras.

3. O plurilingüismo

Ao me respaldar nos estudos de Ricardo Soca (2015), relato que na antiguidade clássica, era natural o uso de mais de uma língua, uma vez que o patriciado romano dominava o grego e toda a região do Mediterrâneo era percorrida por mercadores que falavam diversas línguas. No mesmo sentido, Henrique Monteagudo (2012) afirma que na Roma antiga, todos os cidadãos cultos eram bilíngües pois não havia nenhum que não soubesse falar e ler em grego. Acrescenta o autor que o fato do latim continuar sendo a língua da alta cultura na Europa, os eruditos foram bilíngües por obrigação. Dessa forma, o panorama exposto nas afirmações dos dois pesquisadores é muito claro no sentido de que as línguas fluíam independente da definição de territórios.

Com o objetivo de esclarecer a abrangência do plurilingüismo, cito Alberto Pérez Calvo (2011, p. 90) onde afirma que:

O plurilingüismo é um fato habitual em muitas sociedades mesmo que não sempre reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Alguns estados, nascidos a partir do acordo entre grupos de diferentes línguas, reconheceram o plurilingüismo desde o momento de seu nascimento.

Nesses estados, a pluralidade linguística compõe sua essência. O autor acrescenta que, na realidade, não existem países monolíngües, já que todos estamos expostos a várias línguas ou a várias formas de uma

mesma língua. O plurilinguismo nem sempre era reconhecido pelo Estado, por não interessar ao poder, uma vez que a destruição das outras línguas fez nascer um estado monolíngue onde a “língua nacional” era imposta e utilizada. Para Henrique Monteagudo (2012, p. 48) “a realidade do plurilinguismo é escamoteada, ocultada, negada, mas o é precisamente para que não seja visível o projeto da sua destruição”. Concordo com Ricardo Soca (2015) quando afirma que não existem países monolíngues. Mesmo que somente uma língua seja falada pela comunidade, a mesma tem variantes regionais. Ainda que a língua tenha a mesma nomenclatura, é diferente, ou seja, somos plurilíngues a partir do pressuposto das variantes existentes.

4. *Plurilinguismo no território espanhol*

Ao abordar os aspectos do plurilinguismo no território espanhol, antes de sua unificação, Ofelia García e Ricardo Otheguy (2014) corroboram com a explicação de Henrique Monteagudo (2012) explicando que na Península Ibérica, havia um caleidoscópio multilíngue antes do Renascimento e que este acabaria entrando em conflito com o Estado monolíngue imposto pela padronização da língua. Acrescento que a região era formada por vários reinos, pequenos, e que cada um falava uma língua específica. Daí o termo caleidoscópio utilizado pelo autor.

A Península Ibérica, no século XII, era uma região plurilíngue, explica Henrique Monteagudo (2012), com registro de várias línguas escritas e faladas. O autor, na página 4 observa que “As línguas minoritárias – no caso da Espanha, o aragonês, o asturiano, o catalão, o basco, o galego, o leonês, o andaluz – são tratados como meros dialetos ou línguas de menor importância”. Observo que, a partir da imposição do monolingüismo, essas línguas são tratadas como minoritárias e tendem a desaparecer. Porém, demonstra que elas existiam e, portanto, a região era plurilíngue.

Nessa região plurilíngue, a língua nacional como se refere Henrique Monteagudo (2012), ficou reconhecida como castelhano ou espanhol. Dessa forma o território espanhol tornou-se monolíngue. Conforme Alberto Pérez Calvo (2011), o monolingüismo é o status ideal para o estado espanhol, pois a língua como símbolo nacional gera uma tendência à valorização da mesma. Explica o autor que os fatos históricos ocorridos na região como guerra civil da década de 30 e a segunda guerra mundial que teve início em 1936, foram determinantes para a perpetuação da ori-

entação monolíngue. Nesse sentido, até o fim do regime franquista (1976), a língua oficial possui uma suposta superioridade com relação às outras, se elevando à condição de língua de prestígio. As outras línguas, minoritárias são tratadas como dialetos, de menor importância e que não merecem atenção.

Acrescento a afirmação de Eva Núñez Méndez (2013) que, na Espanha, a padronização dos idiomas minoritários somente se consolidou com a chegada da democracia em 1977. A autora explica que: “o planejamento governamental em defesa dessas línguas chegou do reconhecimento das comunidades autônomas, obedecendo a razões de política interna para fomentar a convivência pacífica das diferentes etnias” (MÉNDEZ, 2013, p. 18). Segue a autora afirmando que, durante a ditadura franquista, os idiomas que não o castelhano, estavam proibidos e reprimidos severamente pelo governo. Desta forma, o término do período ditatorial abriu caminho para que as comunidades autônomas, que possuem outras línguas, pudessem torná-las oficiais, mesmo que somente em seus territórios autônomos.

Apesar da abertura para a inclusão das línguas minoritárias que se falam no território espanhol, a língua espanhola ainda é a oficial, a utilizada pelo Estado. Para ilustrar a afirmação anterior, transcrevo uma parte do artigo 3 da Constituição espanhola:

El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.

Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus Estatutos.

Observo que a aceitação das outras línguas faladas na Espanha foi meramente territorial. O país continua tendo uma língua oficial utilizada pelo Estado, o que a torna única. Com relação a esse fato, cito Eva Núñez Méndez (2013, p. 16) quando afirma que:

Aun así el castellano sigue siendo la lengua oficial en todo el estado español con la oficialidad exclusiva en los órganos legislativo, ejecutivo y judicial, lo cual ha creado ciertos conflictos entre la normativa lingüística del gobierno y la autonómica. En definitiva, los órganos centrales de la administración del Estado priorizan el castellano como lengua común y posibilitan el bilingüismo constitucional en las autonomías.

O excerto acima demonstra que está bastante claro que a Espanha continua sendo um país que tem uma só língua oficial. Ricardo Soca (2015) afirma que o status ideal do estado espanhol é o monolinguismo pois a língua na sua condição de símbolo nacional, tende a ser valorizada

naquele território. Acrescenta o autor ainda que, com a globalização da economia, o imperialismo linguístico espanhol que atinge a América espanhola, atende a um mercado de mais de quatrocentos milhões de falantes-clientes. Afirma que empresas multinacionais espanholas contam com a língua castelhana como vantagem econômica, segundo demonstram estudos pelo autor pesquisados.

Os espanhóis foram, por sua vez, conquistadores, levando a cultura e a língua espanhola, tida como de prestígio, para outro continente até então desconhecido. Em toda sua história, a língua castelhana teve seu papel de protagonista: uma região multilíngue onde o monolinguismo foi imposto através da força do Estado, por extensão, esse monolinguismo alargou-se até as terras da América. Por esse motivo, Ricardo Soca (2015) observa que a economia tem um poder decisivo com relação à manutenção da língua espanhola como única oficial.

5. *Considerações finais*

A “invenção” do monolinguismo determinou a direção que o mundo ocidental plurilíngue seguiria de uma forma bastante firme e definitiva. Foram criadas fronteiras físicas, políticas e linguísticas inexpugnáveis. Da mesma maneira, a língua sofreu mudanças radicais a partir da orientação monolíngue. Na realidade, parafraseando Henrique Monteagudo (2012), a língua nacional teve que ser inventada, tornando os estados territórios cercados por fronteiras físicas, culturais além das linguísticas.

No território espanhol, a língua castelhana tornou-se a oficial, transformando um país plurilíngue em monolíngue. Com a colonização das terras do novo mundo, o castelhano foi utilizado como ferramenta de unificação de todo um território: a América Espanhola. E agora no território peninsular espanhol, reconhecem-se várias línguas como oficiais. Em seu artigo “*El Siglo XXI, Contra el Monolingüismo*” (MORA, 2004, p. 01) cita seu entrevistado Freixanes:

Bilingüismo? Eu não quero falar de bilingüismo, eu quero falar de multilingüismo operativo. Eu tenho uma língua, que é o galego, mas utilizo outras, para cada situação e em cada circunstância a que mais convenha. Pensar a sociedade do século XXI a partir do monolingüismo é uma insensatez.

O excerto acima indica uma tendência a mudanças na maneira de pensar dos espanhóis. Observo que a globalização traz ao mundo uma nova visão de pensamento no que se refere às línguas, plurilingüismo e

monolingüismo. Concordo com as considerações de Eva Núñez Méndez (2013) quando a autora afirma que em pleno século XXI não é possível que países modernos não reconheçam sua diversidade cultural e linguística. “A diversidade linguística não assumida somente pode conduzir e exacerbar conflitos socioculturais, em contraposição, assumir esta diversidade enriquece e avança os povos em sua missão existencial”. (MÉNDEZ, 2013, p. 27). E ainda hoje nos deparamos com essa realidade. Porém, no mundo globalizado e digital em que vivemos, as fronteiras não são mais tão rígidas e estáticas como quando da implantação do monolingüismo. Mas também observo que a transição para que a diversidade linguística se torne realidade não é uma batalha fácil. É uma guerra sangrenta e a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVET, Louis-Jean. *Identities y plurilingüismo*, 1999. Disponível em: <http://campus-oei.org/tres_espacios/iculoquio9.htm> e em <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/080913.pdf>> e em. Acesso em: 02-12-2015.

CALVO, Alberto Pérez. Pluralismos lingüísticos y sus regulaciones. *Revista Jurídica de Navarra*, n 51, p. 89-121, jan/jun.2011

CANAGARAJAH, Suresh. *Translingual Practice. Global Englishes and Cosmopolitan Relations*. New York: Routledge, 2013.

COUNCIL of Europe. *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_EN.pdf>. Acesso em: 10-2016.

ESPAÑA. *Constitución Española*, 1978. Disponível em: <http://www.lamoncloa.gob.es/documents/constitucion_es1.pdf>. Acesso em: 10-2016.

GARCÍA, Ofelia; OTHEGUY, Ricardo. *Spanish and Hispanic Bilingualism*, 2015. Disponível em: <<https://ofeliagarciadotorg.files.wordpress.com/2014/11/spanish-hispanic-bilingualism.pdf>>. Acesso em: 28-11-2015.

MARTINY, Franciele Maria; MENONCIN Camila. *O estudo do bilíngüismo e da diglossia para uma perspectiva linguística educativa*. Web-

Revista Sociodiaeto: Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em Letras – UEMS/Campo Grande, vol. 4, n. 11, nov. 2013. Disponível em: <<http://sociodiaeto.com.br/edicoes/16/10012014015013.pdf>>

MÉNDEZ, Eva Núñez. Minorías lingüísticas y derecho a las lenguas. *Revista Internacional d'Humanitats*, n. 27, jan-abr 2013. CEMOrOc-Feusp/Univ. Autònoma de Barcelona.

MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, p. 43-53, 1 sem. 2012.

MORA, Rosa. *El siglo XXI, contra el monolingüismo*, 2004. Disponível em: <http://elpais.com/diario/2004/11/20/cultura/1100905201_850215.html>. Acesso em: 15-11-2015.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf; MACIEL, Ruberval Franco. Ensino de língua estrangeira como prática translíngue: articulações com teorizações bakhtinianas. *D.E.L.T.A.*, vol. 31, n. 2, p. 411-445, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v31n2/1678-460X-delta-31-02-00411.pdf>>.

SOCA, Ricardo. *RAE y Asale: pilares del monolingüismo español*, 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/7790207/RAE_y_Asale_pilares_del_monoling%C3%BCismo_espa%C3%B1ol> Acesso em: 01-12-2015.